

A invisibilidade social como desrespeito na teoria do reconhecimento de Axel Honneth

ARTHUR MEUCCI^I e AXEL HONNETH^{II}

EM SEU ARTIGO “Invisibility: On The Epistemology Of Recognition” de 2001, publicado em um dossiê sobre “Reconhecimento” organizado em parceria com o filósofo israelense Avishai Margalit, para a revista *Aristotelian Society Supplementary*, de Oxford, o professor Axel Honneth trata do tema da invisibilidade social em relação ao marco teórico da teoria do reconhecimento. Nesse trabalho, ele faz uma análise do personagem do livro *O Homem Invisível*, escrito pelo afro-estadunidense Ralph Ellison, considerado um clássico da literatura estadunidense e mundial que, em 2002, completou 50 anos de publicação.

Dentro da cronologia de trabalhos publicados pelo professor Honneth que tratam da teoria do reconhecimento, o artigo “Invisibility” se situa nove anos após a publicação de sua principal obra, *A luta por reconhecimentos* de 1992, e dois anos antes do livro *Redistribuição ou reconhecimento?* de 2003, o último publicado em coautoria com a filósofa estadunidense Nancy Fraser.

A importância do presente artigo traduzido reside no esforço singular de reformular criticamente os fundamentos da teoria do reconhecimento a partir da análise da invisibilidade como uma experiência social de desrespeito. Ao tomar como ponto de partida o romance de Ralph Ellison, Honneth não apenas articula a intersecção entre a teoria social e a literatura, mas também reposiciona a epistemologia do reconhecimento em termos afetivos, performativos e expressivos, deslocando o foco da mera cognição para a dimensão intersubjetiva da visibilidade social.

O artigo traduzido aprofunda um aspecto específico, mas estrutural, da teoria do reconhecimento: a negação da visibilidade como forma de violência simbólica e moral. Trata-se de um diálogo implícito, mas profundo, com autores como Georg Simmel, Erving Goffman e Judith Butler, e até mesmo com Kant, especialmente na elaboração do respeito como expressão da atribuição de valor moral ao outro.

A reflexão de Axel Honneth sobre a invisibilidade social inscreve-se em um campo conceitual mais amplo da teoria crítica da Escola de Frankfurt, cujos

pensadores há décadas denunciam as formas sutis e estruturais de desumanização nas sociedades capitalistas. Ainda que Honneth inaugure uma abordagem própria ao centrar sua teoria do reconhecimento em dinâmicas intersubjetivas e expressivas, sua crítica dialoga diretamente com noções centrais desenvolvidas por autores como Georg Lukács, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Desde *História e consciência de classe* (1923), Lukács já alertava para o processo de reificação pelo qual sujeitos são reduzidos a objetos funcionais e perdem sua presença enquanto indivíduos sociais. A invisibilidade social, tal como Honneth a descreve, pode ser compreendida como uma forma extrema dessa reificação – não apenas o sujeito é coisificado, mas torna-se inexistente no campo simbólico e moral das relações sociais.

Theodor Adorno, por sua vez, antecipou a preocupação com os efeitos deletérios do apagamento da singularidade na modernidade tardia. Ao denunciar o predomínio da razão instrumental e da padronização cultural, Adorno já vislumbrava a produção de sujeitos “danificados”, cuja experiência e valor não encontram expressão legítima nas estruturas sociais. O conceito de invisibilidade honnethiano radicaliza essa crítica ao mostrar como a ausência de reconhecimento não se manifesta apenas na linguagem, mas no gesto, no olhar, no comportamento cotidiano – um campo no qual a ausência de reações é, em si mesma, uma forma de violência. Há, portanto, uma continuidade crítica entre a denúncia adorniana da falsa totalidade e a análise honnethiana das formas de humilhação silenciosa que estruturam a vida social, especialmente nas relações de preconceitos étnicos descritos pelo romance de Ellison que foram vividos, e ainda o são, pelos homens e mulheres negras nos Estados Unidos.

Herbert Marcuse também oferece elementos cruciais para essa discussão ao descrever a sociedade industrial avançada como uma realidade repressiva que absorve e neutraliza as diferenças. A figura do “homem unidimensional” é aquela cuja subjetividade foi capturada e moldada por uma lógica funcionalista, que suprime a alteridade e marginaliza tudo o que não pode ser assimilado. Honneth retoma essa crítica ao apontar que a invisibilidade social não resulta de um mero descuido ou distração, mas é produto de uma “construção do olhar interior” como a fórmula no diálogo com o romance de Ralph Ellison. A ausência de reconhecimento é, assim, performática e ativa: vê-se através do outro como forma de negar-lhe valor, presença e legitimidade.

Embora Honneth se afaste do modelo habermasiano centrado na racionalidade comunicativa, ele conserva da segunda geração da Escola de Frankfurt a ênfase na intersubjetividade como lugar constitutivo da moralidade e da justiça. A noção de reconhecimento como expressão afetiva e pública da validade de uma pessoa está em sintonia com a crítica habermasiana à exclusão comunicativa, mas vai além ao incorporar elementos do desenvolvimento emocional e gestual da vida social. Desse modo, Honneth atualiza e amplia o projeto da teoria crítica ao deslocar o eixo da crítica da razão para uma crítica da invisibilidade moral, onde

o desrespeito não se mede apenas pela negação de direitos, mas pela recusa em ver o outro como digno de ser percebido. Estamos diante de um problema ético de desumanização, anterior ao surgimento do capitalismo, que potencializa os efeitos nocivos das lutas de classe e do reconhecimento social dos oprimidos.

Para Axel Honneth, a invisibilidade retratada no romance *O Homem Invisível*, transcende a mera ausência física do personagem, constituindo-se numa poderosa metáfora para uma modalidade particular de desrespeito social. Essa forma de desrespeito se manifesta na negação do reconhecimento mais fundamental de um indivíduo enquanto sujeito moral pleno e socialmente válido. Em outras palavras, a pessoa invisível, na acepção honnethiana, não é simplesmente ignorada, mas sim despojada de sua condição de agente capaz de ter suas experiências, necessidades e direitos reconhecidos pelos outros membros da sociedade. A invisibilidade, portanto, representa a mais elementar forma de menosprezo, a privação da validação intersubjetiva essencial para a constituição da identidade pessoal e para o desenvolvimento de relações sociais saudáveis e equitativas.

A interpretação de Honneth sobre a invisibilidade do personagem de Ellison transcende a mera ausência de visão, configurando-se como uma ignorância ativa e deliberada de sua existência enquanto ser humano dotado de subjetividade e valor intrínseco. O narrador da obra descreve essa condição não como uma falha perceptual dos outros, mas como a recusa sistemática em reconhecê-lo em sua individualidade, desconsiderando sua dignidade inerente apesar de sua presença física inegável.

Para Honneth, essa dinâmica de interação representa uma profunda humilhação moral, pois atinge o núcleo do reconhecimento intersubjetivo essencial para a formação da identidade e da autoconfiança. Simultaneamente, opera-se uma negação epistêmica, na medida em que o olhar do outro atua não apenas ignorando, mas ativamente anulando a realidade do indivíduo invisível. O olhar do outro, nesse contexto, não se limita a não ver; ele atravessa a presença física da personagem, despojando-o de sua significância simbólica e, por conseguinte, de sua existência social plena. Essa anulação simbólica o impede de participar plenamente do mundo social e de ter suas experiências e perspectivas validadas pelo olhar do outro, perpetuando um ciclo de exclusão e desvalorização.

Nas ciências humanas, essa discussão é crucial por lançar luz sobre como estruturas sociais – muitas vezes naturalizadas – produzem sujeitos que são sistematicamente “olhados através”, isto é, ignorados em sua dignidade e inteligibilidade. O conceito de invisibilidade social nos permite compreender como o desrespeito opera não apenas pela exclusão material, mas também pela omissão perceptiva, e expressiva afetando o núcleo da experiência subjetiva e intersubjetiva.

Ao trazer à tona essas formas sutis de opressão, Honneth reatualiza o projeto frankfurtiano de crítica à razão instrumental e aos mecanismos de dominação, insistindo na centralidade da experiência moral dos sujeitos como base

para a transformação social. A invisibilidade, nesse quadro, deixa de ser uma simples metáfora literária para tornar-se um sintoma revelador das patologias do reconhecimento em sociedades marcadas por desigualdades raciais, econômicas e culturais. Com isso, o texto de Honneth se afirma como uma contribuição decisiva para os debates contemporâneos sobre justiça, dignidade e reconhecimento no interior dos debates nas ciências humanas.

Invisibilidade: sobre a epistemologia do reconhecimento¹

Axel Honneth^{II}

No “Prólogo” de seu famoso romance *O Homem Invisível*,² o narrador em primeira pessoa de Ralph Ellison fala de sua “invisibilidade”: como relata esse sempre anônimo “eu”,³ ele é, de fato, um verdadeiro homem de “carne e osso”, mas esse “um” simplesmente deseja não vê-lo, “um” olha diretamente através dele; ele é simplesmente “invisível” para todos os outros. Quanto à questão de como ele veio a ser invisível, o narrador responde que deve ser devido à “construção” do “olho interior” daqueles que olham através dele incansavelmente. Com isso ele não quer dizer seu “olho físico”, não sendo, portanto, um tipo de deficiência visual real, mas sim uma disposição interior que não lhes permite ver sua verdadeira pessoa. Apenas algumas páginas depois nós, leitores, percebemos de forma despretensiosa que a pessoa que relata sua invisibilidade é negra; pois aqueles que olham através dele dessa forma são, de passagem, referidos como “brancos”. Com as declarações agressivas, raivosas e abruptas do narrador em primeira pessoa, o “Prólogo” cria um cenário que descreve uma forma especialmente sutil de humilhação racista contra a qual o protagonista negro luta durante todo o romance: uma forma de ser invisibilizado, de ser feito para desaparecer, que evidentemente não implica uma presença física, mas sim uma inexistência em um sentido social. A seguir, partirei do significado metafórico do conceito de invisibilidade para considerar a questão de como podemos apreender epistemologicamente o ato de “reconhecimento”. Meu ponto de partida é a hipótese de que a diferença entre essas duas formas de invisibilidade é esclarecedora para o nosso tópico porque revela indiretamente o que deve ser adicionado à percepção de uma pessoa – para tomar conhecimento dela – para torná-la um ato de reconhecimento. Primeiro, elaborei a diferença entre o sentido literal e figurativo de “invisibilidade”. Isso permitir-me-á então abordar diretamente a questão do significado do reconhecimento nas seções II e III.

I

A história cultural oferece inúmeros exemplos de situações em que os dominantes expressam sua superioridade social ao não perceberem aqueles que dominam. O mais notório, talvez, seja o fato de que a nobreza permitia se despir na frente de seus servos porque esses simplesmente não estavam lá em certo sentido. O caráter peculiarmente ativo dessas instâncias de invisibilidade envolvendo a presença física as distingue daquelas retratadas por Ralph Ellison. Nesse último

caso, os protagonistas, especificamente os mestres brancos, intencionalmente procuram deixar claro aos negros, que estão fisicamente presentes, que eles (os negros) não são visíveis para eles. A expressão coloquial para essas formas ativas de invisibilidade intencional é “olhar através”⁴ de alguém. Temos a capacidade de mostrar nosso descaso com as pessoas que estão presentes, comportando-nos em relação a elas como se elas não estivessem realmente presentes na sala. Nesse sentido, “olhar através” de alguém tem um aspecto performático, pois exige gestos ou modos de se comportar que deixem claro que o outro não é visto apenas acidentalmente, mas intencionalmente. Provavelmente faz sentido diferenciar o grau de lesão decorrente dessa invisibilidade de acordo com o quão ativo o sujeito perceptivo é no ato da não percepção. Isso pode se estender desde a inofensiva desatenção demonstrada ao esquecer de cumprimentar um conhecido em uma festa, passando pelo descuido do dono da casa que se relaciona cara a cara com a faxineira, a quem ele ignora por sua falta de sentido social, até uma demonstração de “olhar através” em que a pessoa negra afetada pode entender como sinal de humilhação. Todos esses exemplos são casos de um único tipo porque compartilham a propriedade de serem formas de invisibilidade em um sentido figurado, metafórico. Como cada um deles é, sem dúvida, visível, o “conhecido”, a “faxineira” e o negro humilhado representam objetos distintos e facilmente identificáveis no campo visual do sujeito em questão; como resultado, “invisibilidade” aqui não pode designar um fato cognitivo, mas deve significar uma espécie de estado social das coisas. No entanto, no que diz respeito a esse tipo de invisibilidade, parece enganoso falar apenas de um significado metafórico, como fiz até agora. Para as pessoas afetadas, em particular, a sua “invisibilidade” tem, em cada caso, um núcleo real: elas sentem-se efetivamente não percebidas. No entanto, a “percepção” deve significar mais nesse sentido do que no conceito de ver, isto é, de identificar e conhecer algo ou alguém.

Faz sentido, até este ponto, deslocar-se do conceito negativo de “invisibilidade” para o conceito positivo de “visibilidade”, a fim de elaborar com mais clareza as distinções anteriormente mencionadas. A perceptibilidade de um determinado objeto, no caso, um sujeito humano, corresponde em um aspecto positivo à invisibilidade literal resultante de distúrbios da visão ou obstáculos ópticos. Os sujeitos humanos são visíveis para outro sujeito na medida em que ele é capaz de identificá-los, de acordo com o tipo da relação, como as pessoas com propriedades claramente definidas, por exemplo, como o conhecido pelo riso exagerado, a faxineira de ascendência portuguesa que limpa regularmente o apartamento às segundas-feiras ou, finalmente, o companheiro de viagem no compartimento do trem que tem uma cor de pele diferente. A visibilidade, nesse sentido, designa mais do que mera percepção, pois implica a capacidade de uma identificação individual elementar. A discrepância conceitual que se torna aparente entre invisibilidade visual e visibilidade deve-se ao fato de que, com a transição para o conceito positivo, as condições que regem sua aplicabilidade são mais exigentes: enquanto invisibilidade no sentido visual significa apenas

o fato de que um objeto não está presente como objeto no campo perceptivo de outra pessoa, a visibilidade física requer que a reconheçamos dentro de uma estrutura espaço-temporal como um objeto com propriedades situacionalmente relevantes. Consequentemente, somente com dificuldade podemos dizer de alguém que é falsamente identificado pelo sujeito perceptivo, digamos, como vizinha e não como faxineira, que ela não era fisicamente visível. Por outro lado, no entanto, também não podemos simplesmente afirmar dessa outra pessoa que ela era visível para o sujeito perceptivo em questão, uma vez que ele, de fato, não a conhecia em um nível elementar. Sugiro, portanto, que a visibilidade física implica uma forma elementar de identificabilidade individual e, portanto, representa uma primeira forma primitiva do que chamamos de “cognoscência” (*Erkennen*⁵).

A partir daqui não é nada fácil esclarecer o conceito que se supõe representar a contrapartida positiva da “invisibilidade” no sentido figurado. Como vimos, é uma “visibilidade” desse tipo que o protagonista de Ellison implicitamente atinge quando descreve sua “invisibilidade” como uma forma sutil de humilhação por parte dos brancos. No entanto, o que o narrador em primeira pessoa pode realmente pretender quando exige que ele seja “visível” para seus parceiros em interação? Certamente, ele não se refere ao tipo anterior de visibilidade, que descrevi como uma forma elementar de identificação individual. Pois, ao contrário, para experimentar-se como “invisível” em sentido figurado, o sujeito já deve ter assumido que foi tomado conhecimento como indivíduo dentro da ordem espaço-temporal. O sujeito só pode alegar que ignora, desconsidera ou olha através de outra pessoa se já tiver reconhecido a capacidade dessa pessoa de se identificar por si mesma. Nessa medida, a invisibilidade no sentido figurado pressupõe visibilidade no sentido literal. Talvez possamos abordar o assunto com mais facilidade se nos perguntarmos como o sujeito afetado acredita saber de sua própria invisibilidade social. O romance de Ellison, que é um tesouro para uma fenomenologia da “invisibilidade”, oferece novamente uma resposta preliminar a essa pergunta. Mesmo na segunda página do “Prólogo”, o narrador em primeira pessoa tenta repetidamente contrariar a sua própria invisibilidade por meio de um “ataque” ativo que visa induzir os outros a conhecê-lo. Mesmo aquilo que é descrito no texto como golpeando “com os punhos”⁶ é provavelmente utilizado em um sentido figurado e provavelmente deve descrever o núcleo dos vários esforços práticos por meio dos quais um sujeito tenta se fazer notar. Mas a metáfora deixa claro que o sujeito afetado se esforça para provocar por meio de suas contramedidas é, em si, uma reação visível por meio da qual o outro expressa o fato de perceber o sujeito. Certamente, se um sujeito só pode confirmar sua própria visibilidade forçando sua contraparte a ações que afirmam sua existência, isso significa, inversamente, que o sujeito só pode estabelecer sua invisibilidade por meio da ausência de tais tipos de reações: na perspectiva do indivíduo afetado, o critério segundo o qual ele assegura sua visibilidade em

sentido figurado é uma expressão de modos específicos de reagir que são um sinal – uma confirmação – que outra pessoa o notou no sentido positivo. Consequentemente, a ausência de tais formas de expressão é um indício do fato de que ele não é visível socialmente para sua contraparte nesse sentido específico.

Uma alternativa a essa descrição poderia consistir na tese de que mesmo “olhar através” representa apenas uma forma especial de percepção: o sujeito afetado é visto por outra pessoa como se não estivesse na sala. Mas uma caracterização desse tipo, que se baseia nos significados multifacetados de “ver como”, obscurece o fato de que “olhar através” geralmente designa um fato público: não apenas o sujeito afetado, mas também as outras pessoas presentes na sala, normalmente podem estabelecer que o olhar ou o ignorar é um tipo de humilhação. A invisibilidade social somente ganha esse caráter público porque se expressa, paradoxalmente, na ausência das formas enfáticas de expressão usualmente ligadas ao ato de identificação individual. Por conseguinte, parece-nos mais sensato elucidar o fenômeno da “invisibilidade” no sentido figurado com a ajuda das complexas relações que existem nos seres humanos entre percepção e expressão. O “tornar visível” de uma pessoa transcende o ato cognitivo de identificação individual, dando expressão pública, com o auxílio de ações, gestos ou expressões faciais adequadas, ao fato de que a pessoa é percebida afirmativamente da maneira apropriada à relação em questão; é somente porque possuímos um conhecimento comum dessas formas enfáticas de expressão no contexto de nossa segunda natureza que podemos ver em sua ausência um sinal de invisibilidade, de humilhação.

Agora, se enxergarmos uma forma elementar de “reconhecimento” no fenômeno que até agora descrevi como “tornar-se visível” no segundo sentido, não visual, a diferença entre “conhecer” (*Erkennen*) e “reconhecer” (*Anerkennen*) torna-se mais evidente. Enquanto por “conhecer” uma pessoa queremos dizer uma identificação dela como um indivíduo que pode ser gradualmente melhorada, por “reconhecer” nos referimos ao ato expressivo por meio do qual essa cognição é conferida com o significado positivo de uma afirmação. Ao contrário da cognição, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios que expressam o fato de que a outra pessoa deve possuir “validade” social. No nível elementar em que temos operado até agora em relação ao fenômeno da “invisibilidade” social, tais meios ainda podem ser considerados equivalentes a expressões de base física. No entanto, tudo isso ainda não explica realmente o que é que deve ser expresso com as expressões relevantes no ato do reconhecimento.

II

Diante do que acaba de ser dito, pode parecer que o ato de reconhecimento se deve à soma de dois elementos: identificação cognitiva e expressão. Uma determinada pessoa é, em primeiro lugar, reconhecida como um indivíduo com propriedades particulares em uma determinada situação e, em um segundo mo-

mento, essa cognição recebe expressão pública na medida em que a existência da pessoa percebida é confirmada diante dos olhos dos presentes por meio de ações, gestos ou expressões faciais. No entanto, a questão é, naturalmente, se os atos expressivos representam apenas uma demonstração pública da cognição de que uma pessoa com propriedades particulares pode ser encontrada em um determinado lugar. Não são antes as expressões, de cuja ausência o homem socialmente invisível se queixa, algo bem diferente em significado das expressões pelas quais confirmamos a percepção da existência de um indivíduo? Para uma confirmação desse tipo, de fato, geralmente seria suficiente apontar o dedo para uma pessoa em particular, obviamente acenar com a cabeça em sua direção, ou confirmar sua existência explicitamente por meio de um ato de fala. Mas tudo isso parece não captar o significado das formas de expressão que esperamos reciprocamente uns dos outros para serem “visíveis” uns para os outros, isto é, para receberem confirmação social, num sentido que ainda precisa ser esclarecido. Parece-me que uma maneira adequada de iniciar a partir desse ponto é retornar aos sinais gestuais e faciais expressivos com os quais uma criança pequena é, via de regra, introduzida nas interações sociais pelos cuidadores. Deveria então ser possível, a partir dessa análise, formular uma resposta generalizada à pergunta sobre o que significam aquelas expressões de cuja ausência nos queixamos quando nos entendemos invisíveis em sentido figurado.

São as investigações empíricas de Daniel Stern⁷ que recentemente nos deram uma visão aprimorada das complexas interações por meio das quais a criança pequena se desenvolve em um ser social no curso da comunicação com seus cuidadores.⁸ Baseando-se no trabalho pioneiro de René Spitz, Stern conseguiu mostrar que o desenvolvimento socializante da criança no primeiro ano de vida toma a forma de um processo de regulação recíproca do afeto e da atenção que vem em grande parte com a ajuda da comunicação gestual. A cuidadora tem à sua disposição um amplo repertório de expressões gestuais e faciais que supostamente dão à criança sinais altamente diferenciados de sua prontidão para interagir. Por outro lado, a criança pequena pode fazer uso de todo um espectro de atividades reflexas que, em reação à estimulação gestual do cuidador, podem evoluir para as primeiras formas de resposta social. Entre os vários gestos, um papel especial é atribuído à classe de expressões faciais que devem fazer que a criança saiba que ela é a destinatária de amor, devoção e simpatia. Ocupando o primeiro lugar está o sorriso que é realizado de forma reflexa. Concomitante, outras formas de expressão facial também podem ocorrer; ao prolongar a duração ou ao exagerar fisicamente, essas expressões faciais comunicam sinais especialmente claros de encorajamento e disposição para ajudar.⁹ Com essa classe de gestos afirmativos e expressões faciais, temos uma forma especial, quase automaticamente praticada, das múltiplas expressões com as quais até mesmo os adultos podem sinalizar uns aos outros de maneira fluida que estão estendendo simpatia ou prestando atenção. O próprio Stern faz a conexão com os rituais de saudação de adultos que dão a conhecer, por meio de um jogo sutilmente

matizado de mudanças de expressões faciais, a relação social particular em que os adultos se encontram.

As várias formas positivas de comportamento com que os cuidadores reagem à criança pequena têm, evidentemente, suas raízes em disposições que estão intimamente ligadas à imagem corporal e aos movimentos expressivos das crianças pequenas. Não é o caso de adquirirmos primeiro uma cognição que nos permita perceber em nossa contraparte uma criança pequena necessitando de ajuda antes de podermos então aplicar os gestos apropriados de encorajamento e de simpatia. Pelo contrário, parece-nos, via de regra, reagir diretamente à percepção da criança pequena com respostas expressivas nas quais se expressa uma atitude fundamentalmente afirmativa. A diferença aqui também pode ser formulada da seguinte forma: no primeiro caso, apenas uma espécie de convicção cognitiva é demonstrada; no segundo caso, uma prontidão motivacional é sinalizada diretamente. De fato, provavelmente seria mais apropriado aqui falar de gestos expressivos positivos (de sorriso ou de encorajamento) do que do símbolo de uma ação, porque eles substituem a ação “em abreviatura simbólica”.¹⁰ Essa formulação deixa mais claro o que significam as respostas expressivas com as quais o cuidador reage à criança pequena. Essas respostas expressivas não articulam uma cognição de qualquer tipo, mas expressam de forma abreviada a totalidade das ações que se supõe que sejam atribuídas à criança pequena em razão de sua situação. Nessa medida, o reconhecimento possui um caráter performativo, pois as respostas expressivas que o acompanham simbolizam as formas práticas de reação necessárias para “fazer justiça” à pessoa reconhecida. Na feliz formulação de Helmut Plessner, pode-se dizer que a expressão do reconhecimento representa a “alegoria” de uma ação moral.¹¹

Com essas reflexões, abandonamos, certamente, o horizonte original de nossa argumentação, pois com termos como “fazer justiça a” e “de acordo com” entra em jogo um vocabulário que tem um caráter teórico-moral. O desvio por meio da pesquisa em bebês foi empreendido porque as expressões faciais dos adultos em relação às crianças deixam especialmente claro em que consistem aquelas formas de expressão pelas quais um ser humano se torna “socialmente” visível: são gestos pré-linguísticos de sorriso e de empatia por meio dos quais os bebês aprendem a emergir socialmente sinalizando pela primeira vez sua prontidão para a interação com esses sorrisos reativos. Em resposta à pergunta sobre o que significam essas respostas expressivas afirmativas dos adultos, evidenciou-se que elas expressam, em abreviação simbólica, ações que supostamente servem ao bem-estar da criança. Por meio de suas expressões faciais, os cuidadores sinalizam aos bebês que eles estão ativamente engajados em práticas de cuidado; deste modo, ajudam a desenvolver meios de reação que revelem uma forma social de abertura ao mundo. Antes de aprofundar a questão de como é o núcleo moral dessas formas de expressão, quero, antes de tudo, considerar se as relações de reconhecimento entre adultos também exibem esse tipo de forma expressiva.

No contexto de nosso recurso à pesquisa infantil, já foi mencionado brevemente que a mudança das expressões faciais de sorriso e de simpatia representa apenas uma forma especial, particularmente plástica, dos gestos expressivos que também desempenham um grande papel nas relações interativas entre adultos. Mesmo as pessoas adultas geralmente deixam claro reciprocamente em suas comunicações, por meio de uma infinidade de respostas expressivas finamente matizadas, que o outro é bem-vindo ou merece atenção especial: um amigo em uma festa é digno de um sorriso cintilante ou de um gesto de boas-vindas fortemente articulado, à faxineira de seu apartamento é oferecido um gesto que sugere gratidão que se estende além do ato de saudação, e a pessoa negra é recebida como todas as outras pessoas no compartimento do trem com expressões faciais alteradas ou um rápido aceno de cabeça. Claro, todas essas formas de expressão variam consideravelmente entre as diferentes culturas; no entanto, sua função constitutiva para a comunicação interpessoal permanece constante. Ao substituir ou aprimorar os atos de fala, ou independentemente deles, essas respostas expressivas devem deixar claro publicamente para a pessoa em questão que ela recebeu aprovação social, ou tem validade social, no papel de um tipo social específico (amiga, faxineira, companheiro de viagem). Seria simples alargar a lista de formas de expressão positivas até agora desenvolvida por uma série de outros exemplos, a fim de mostrar a importância fundamental que são para a coordenação da ação social. No entanto, nada mostra mais claramente sua função central do que sua ausência seja normalmente considerada um indicador de uma patologia social que pode terminar em uma condição de “invisibilidade” para a pessoa afetada. Por essa razão, se vemos nas respostas expressivas mencionadas o mecanismo fundamental de tornar-se socialmente visível e, por sua vez, vemos a forma elementar de todo reconhecimento social, as implicações são de longo alcance. Pois toda forma de reconhecimento social de uma pessoa depende – de forma mais ou menos mediada – de uma relação simbólica com os gestos expressivos que na comunicação direta garantem que um ser humano atinja visibilidade social. Da mesma forma que Niklas Luhmann falou de uma relação simbiótica de cada forma de poder,¹² podemos tomar como ponto de partida um fundamento simbiótico de toda forma de reconhecimento, por mais generalizado que seja: o reconhecimento de uma pessoa só se dá com a ajuda de meios que, em virtude de sua estrutura simbiótica, são modelados nos gestos corporais expressivos com os quais os seres humanos confirmam sua validade social uns aos outros. Essa dependência do reconhecimento dos gestos expressivos resulta do fato de que somente esses gestos corporais são capazes de articular publicamente a afirmação cujo acréscimo constitui a diferença entre o conhecer e o reconhecer. Somente aqueles que se veem como tendo sido tomados positivamente no espelho dos modos comportamentais expressivos de seus pares sabem ser socialmente reconhecidos de forma elementar. Agora, torna-se ainda mais urgente abordar a questão do que representam as respostas expressivas afirmativas que, com Plessner, eu anteriormente designei “alegorias” de uma ação moral.

III

Certamente, os gestos expressivos por meio dos quais os sujeitos humanos reciprocamente demonstram reconhecimento já representam uma certa forma de comportamento: ao sorrir ou estender um gesto de acolhimento a outra pessoa, assumimos uma posição a seu respeito e, nessa medida, realizamos uma ação. Por outro lado, no entanto, esse tipo de comportamento expressivo também contém uma referência a uma infinidade de outras ações, porque sinaliza de forma simbolicamente abreviada o tipo de ações subsequentes nas quais o ator está preparado para se envolver. Da mesma forma que, no caso do bebê, o sorriso do cuidador representa simbolicamente o comportamento amoroso, um gesto de acolhimento entre os adultos expressa o fato de que, posteriormente, pode-se contar com ações benevolentes. Os gestos expressivos, portanto, são ações que possuem o caráter de uma meta-ação,¹³ na medida em que sinalizam simbolicamente um tipo de comportamento que o destinatário legitimamente pode esperar. Ora, se o reconhecimento em sua forma elementar representa um gesto expressivo de afirmação, segue-se, para começar, que ele também representa uma meta-ação: ao fazer um gesto de reconhecimento para com outra pessoa, tomamos consciência de que nos vemos obrigados a nos comportar em relação a ela de uma certa forma benevolente. Por esse motivo, o narrador em primeira pessoa do romance de Ellisons pode concluir a partir de sua condição de invisibilidade social que aqueles que o “olham através” não têm a intenção de tratá-lo de maneira respeitosa ou benevolente; pelo contrário, neste caso, a ausência de gestos de reconhecimento supostamente sinaliza que a pessoa afetada deve estar preparada para ações hostis.

A ideia de que atos expressivos de reconhecimento representam meta-ações também pode, em terminologia ligeiramente alterada, ser entendida como uma referência ao tipo de motivação demonstrada. Com seu gesto de afirmação, o ator dá expressão ao fato de que ele possui a motivação de “segunda ordem” para agir apenas sobre aqueles impulsos e motivos para com o destinatário que são de natureza benevolente.¹⁴ Aqui, na maioria dos casos, a nuance de um gesto particular deixa bem claro o tipo de ação benevolente que deve ser: ao sorrir amorosamente, articula-se uma prontidão motivacional para o comportamento de cuidado; ao cumprimentar alguém respeitosamente, expressa-se, ao contrário, uma disposição negativa para se abster de todas as ações meramente estratégicas. Estamos agora em condições de estabelecer uma conexão com o conceito kantiano de “respeito”, o que nos aproxima do núcleo moral do “reconhecimento”.

Em uma famosa formulação na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant diz que o “respeito” (*Achtung*) é “a representação de um valor que infringe meu amor-próprio”.¹⁵ Quero me concentrar na segunda metade da frase, voltando à primeira parte mais tarde. A maneira como Kant, na oração subordinada, fala de algo que infringe meu “amor-próprio” deixa claro que aqui não

é o próprio sujeito que impõe um fardo a si mesmo; parece antes que o ato de “respeito” como tal tem o poder ativo, de modo que a supressão da inclinação egocêntrica no sujeito ocorre, por assim dizer, necessariamente. Nessa medida, também seria um erro falar de uma mera determinação de me limitar, porque na expressão do respeito o “amor-próprio” é realmente infringido. Simultaneamente à expressão de respeito, o sujeito adquire uma motivação em relação ao respeitado “valor” de renunciar a todas as ações que seriam simplesmente o resultado de impulsos egocêntricos. É essa motivação de segunda ordem que constrói uma ponte para as análises que empreendi até agora em relação ao ato de reconhecimento: nos gestos expressivos que normalmente sinalizam reconhecimento de primeira ordem, é expressa exatamente a mesma prontidão motivacional que Kant descreve em termos de “infringir meu amor-próprio”. A formulação kantiana deixa ainda mais claro o que se entende por aspecto moral do reconhecimento a que me referi até agora com termos como “confirmação”, “afirmação” e “de acordo com a validade social”. Um descentramento ocorre no sujeito reconhecedor porque ele concede a outro sujeito um “valor” que é a fonte de reivindicações legítimas que violam seu próprio amor-próprio. “Confirmação” ou “afirmação” significa, portanto, que o destinatário está equipado com tanta autoridade moral sobre a minha pessoa quanto eu sei que tenho ao ser obrigado a realizar ou abster-se de certas classes de ações. É claro que não se deve permitir que essa formulação obscureça o fato de que aqui “me permitir ser obrigado” representa um tipo de motivação voluntária: ao reconhecer alguém e conferir-lhe uma autoridade moral sobre mim nesse sentido, já estou ao mesmo tempo motivado a tratá-lo no futuro de acordo com seu valor.

Se essa caracterização capta o núcleo moral compartilhado de todas as formas diretas de reconhecimento, as diferenças entre elas já são evidentes na multiplicidade de gestos que podem dar expressão ao ato de reconhecimento. Se alguém sorri amorosamente ou apenas cumprimenta respeitosamente, quer alguém estenda a mão enfaticamente ou apenas acene com a cabeça de forma benevolente, em cada caso um tipo diferente de prontidão emocional para se envolver moralmente com o destinatário é sinalizado com o gesto expressivo. Correspondendo à variedade de gestos, existem diferentes avaliações de valor que o sujeito é capaz de atribuir ao seu parceiro na interação a qualquer momento: o destinatário pode ser considerado digno de amor, de respeito ou de solidariedade; no entanto, essas não são mais do que algumas possibilidades de todo um espectro que se abre nas finas distinções que existem entre os vários gestos expressivos de reconhecimento. Mais uma vez, com Kant, devemos manter a ideia de que todas essas avaliações de valor só podem ser os aspectos avaliativos de uma propriedade que ele designa a “inteligibilidade” da pessoa: quer consideremos outro ser humano como amável, digno de respeito ou digno de solidariedade, o que se manifesta em cada caso na experiência de “valor” é apenas um aspecto do que significa para os seres humanos conduzirem suas vidas

em autodeterminação racional. Se ora essa “representação de um valor” remete mais ao modo como a vida é lida biograficamente (o amor) e, ora mais, a um tipo de compromisso prático (solidariedade), no caso do respeito se refere ao próprio fato de que os seres humanos não têm outra alternativa senão guiar-se reflexivamente pelas razões; nessa medida, a última das três atitudes citadas não é suscetível de gradação adicional, enquanto as outras duas formas de reconhecimento podem ser aumentadas em graus variados.¹⁶

Com essa discussão, estamos em condições de fazer um balanço provisório e, assim, capazes de responder à pergunta sobre o que as expressões enfáticas de reconhecimento mencionadas anteriormente devem representar. Quanto às expressões faciais e gestos com cuja ajuda os seres humanos demonstram reconhecimento na comunicação direta, vimos que eles não podem simplesmente servir para reforçar um ato de cognição identificadora: o caráter de um sinal, que tais respostas expressivas possuem, vai muito além de meras afirmações sobre a existência ou sobre propriedades, pois essas respostas demonstram uma disposição motivacional para se limitar a ações benevolentes em relação à outra pessoa. É essa prontidão motivacional que, com a ajuda de Kant, podemos ver agora como resultado de uma avaliação de valor que se atribui à inteligibilidade dos seres humanos: o que fica claro nos gestos expressivos de reconhecimento é que um sujeito já realizou uma restrição de sua perspectiva egocêntrica para fazer justiça ao valor do outro como ser inteligível. Nessa medida, pode-se até dizer que a moralidade coincide com o reconhecimento, porque assumir uma atitude moral só é possível quando se concede à outra pessoa um valor incondicional contra o qual meu próprio comportamento deve ser verificado. Claramente, a forma de invisibilidade social de que Ralph Ellison nos fala representa uma forma de desrespeito moral, porque a ausência de gestos de reconhecimento deve demonstrar que ao narrador em primeira pessoa, ao contrário de outras pessoas, não é atribuído o valor devido a uma pessoa “inteligível”. É certo que essa conclusão dá origem a um outro problema que nos remete à distinção entre “conhecer” e “reconhecer” com a qual iniciamos nossa discussão sobre a “invisibilidade”. Pois, mesmo em Kant, não está claro como devemos explicar a “representação” do valor de uma pessoa que ele considera ser o pré-requisito de todo respeito: tal representação é o resultado de uma mera atribuição, ou representa uma forma de cognição, na verdade de percepção? Até agora, tenho argumentado que o reconhecimento não pode ser compreendido como a mera expressão de uma cognição, porque significa mais normativamente do que o simples reforço de uma identificação individualizante; o que ocorre no reconhecimento é antes a expressiva (e, conseqüentemente, publicamente acessível) demonstração de uma avaliação de valor que se apropria da inteligibilidade das pessoas. No entanto, se essa avaliação do valor pode ser concebida apenas como um tipo particular de cognição, então mesmo a oposição entre conhecer e reconhecer, que até agora forneceu o fio condutor do meu argumento, teria que ser revista.

O comportamento expressivo com que o cuidador reage à criança pequena carente mais uma vez fornece a chave para uma resposta. Atualmente, não está totalmente claro até que ponto o repertório comportamental expressivo dos adultos é um legado da história natural ou um produto da socialização cultural. De qualquer forma, aceita-se que o sorriso mostrado ao bebê seja mais ou menos um reflexo, pois não é produzido por meio de qualquer tipo de convicção de que é necessário responder a um parceiro de interação como uma criança pequena carente. Os adultos cuidadores não atribuem ao lactente propriedades específicas da carência, nem operam com base no conhecimento de sua condição; em vez disso, o que eles fazem ao sorrir pode ser melhor apreendido dizendo que eles dão expressão diretamente a uma percepção. Ora, não é inteiramente fácil descrever essa percepção em si como uma forma de avaliação de valor, porque não está totalmente claro se ela é, de fato, produto da socialização cultural. No entanto, na medida em que o sorriso se desprende de suas raízes na história natural e assim se torna algo que podemos dispensar mais livremente, presumivelmente deve ser entendido como a expressão de uma percepção que é concedida à criança como uma criatura amável. A forma precoce de reconhecimento que os cuidadores estendem à criança pequena por meio de seu comportamento expressivo é a expressão de uma percepção de propriedades que remetem simbolicamente ao futuro de uma pessoa inteligível; e o primeiro sorriso com que, passados alguns meses, a criança pequena reage à expressão facial do cuidador marca o momento em que este mundo de propriedades “dignas” lhe é revelado pela primeira vez.¹⁷

Por meio de nossa atenção à pesquisa em bebês, uma outra forma de percepção com características fortemente avaliativas tornou-se aparente ao lado da identificação individualizante que até agora serviu como nosso paradigma para a percepção. Do modo como os adultos percebem seus filhos fica evidente que a percepção humana não pode ser tão neutra normativamente quanto o conceito de cognição individuadora implica: as propriedades que são percebidas no contexto da comunicação gestual entre cuidador e criança não são marcadores cognitivos de um ato de identificação, mas representações simbólicas de uma avaliação de valor que se refere à liberdade dos seres inteligíveis. Pelo menos nesse caso, portanto, a relação entre conhecer e reconhecer deve ser especificada de forma um pouco diferente do que fiz até agora em minha discussão sobre “visibilidade”; pois, se é verdade que o reconhecimento não representa a demonstração expressiva de uma identificação cognitiva de um ser humano, é de fato a expressão de uma percepção avaliativa na qual o valor das pessoas é “diretamente” dado. Não vejo agora razão para não estender o caso especial da socialização na primeira infância ao mundo social em sua totalidade e reivindicar esse tipo de percepção avaliativa também no caso das interações entre adultos.¹⁸ Por meio de uma diferenciação da percepção pela qual ele originalmente vê na expressão facial de seu cuidador um reflexo de suas próprias potencialidades como um ser inteligível,¹⁹ a criança em crescimento aprende a inferir de seus par-

ceiros em interação diferentes avaliações de valor que são sempre aspectos de sua natureza inteligível. Enfim, no âmbito do vocabulário avaliativo de seu mundo social, o adulto tem à sua disposição um leque de possibilidades para perceber o “valor” de uma pessoa, do qual o fato da inteligibilidade dada no rosto humano permanece a camada elementar por toda parte.

Se o que Kant denominou de “representação de um valor” assume a forma de uma percepção avaliativa, uma capacidade para a qual todo adulto que foi socializado com sucesso normalmente tem à sua disposição, isso tem consequências de longo alcance para a relação entre conhecer e reconhecer. O ato de reconhecimento é, como vimos, a demonstração expressiva de um descentramento individual que realizamos em resposta ao valor de uma pessoa: damos a conhecer publicamente, por meio de gestos e expressões faciais correspondentes, que concedemos à outra pessoa uma autoridade moral sobre nós, com base em seu valor, que estabelece limites para a realização de nossos impulsos e inclinações espontâneas. No entanto, a partir do momento em que vemos que essa experiência do valor de uma pessoa toma a forma de uma percepção que começa com o sorriso reativo da criança pequena, a identificação meramente cognitiva de um ser humano parece perder sua aparente prioridade natural sobre o reconhecimento. Pelo menos geneticamente, o reconhecimento precede o conhecimento, na medida em que a criança infere a partir das expressões faciais as propriedades “dignas” das pessoas antes de estar em condições de apreender seu ambiente de forma desinteressada. No entanto, o que vale para a criança pequena também é de fundamental importância para o adulto: no contexto da interação social com os outros, geralmente tomamos consciência das propriedades “dignas” da pessoa inteligível em primeiro lugar, de modo que a identificação meramente cognitiva de um ser humano representa o caso excepcional em que um reconhecimento original é neutralizado. Correspondendo à prioridade do reconhecimento em nossa forma social de vida, está o status proeminente dos gestos e expressões faciais com os quais demonstramos uns aos outros, de modo geral, uma disposição motivacional para sermos guiados em nossas ações pela autoridade moral da outra pessoa. Nesse sentido, a invisibilidade social de que padece o protagonista do romance de Ralph Ellison é o resultado de uma deformação da capacidade humana de percepção com a qual o reconhecimento está ligado, ou, como disse o autor, “uma questão de construção de seus olhos interiores, aqueles olhos com os quais eles olham através de seus olhos físicos para a realidade”.

Notas

- 1 Publicado originalmente na *Aristotelian Society Supplementary*, v.75, n.1, p.111-26, 1 July 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-8349.00081>. Agradecemos ao professor Axel Honneth e à editora Suhrkamp Verlag a autorização da tradução e publicação do texto em português.

- 2 (NT): O livro *O Homem Invisível* é um romance escrito pelo estadunidense Ralph Ellison e publicado pela primeira vez pela Random House em 1952.
- 3 (NT): No romance, o protagonista é um afro-estadunidense que não apresenta seu nome por ser socialmente invisibilizado. A história narra a jornada identitária de um jovem negro que migra do Sul dos Estados Unidos, onde enfrenta situações de racismo pelos brancos, que se muda para um centro residencial e comercial de pessoas negras na cidade de Nova York, onde também se constata invisível entre os negros com quem se relaciona.
- 4 (NT): Original: “*looking through*” em inglês. É uma expressão utilizada para sinalizar que se visualiza a paisagem através de um objeto transparente. Ex.: “*Looking through the glass, I see my son*” – *olhando através do vidro, vejo meu filho*. O termo é utilizado pelo protagonista do romance, onde ele compara as pessoas socialmente invisíveis a objetos transparentes.
- 5 (NT): *Erkennen*, em alemão, pode apresentar três significados: 1. O ato de perceber ou conhecer algo; 2. O ato de compreender; e 3. O ato de reconhecer como verdadeiro ou válido. Traduzimos, nesse contexto, como a capacidade do sujeito de conhecer uma pessoa por meio de um contato sensorial, uma intuição empírica.
- 6 (NT): O protagonista do romance utiliza essa expressão no Prólogo do livro: “Você sente uma dor intensa pela necessidade de se convencer de que realmente existe no mundo real, que você faz parte de todo esse som e angústia, e você desfere golpes com os punhos (*strike out with your fists*), amaldiçoa e pragueja para fazer com que eles o reconheçam. E, infelizmente, raramente é bem-sucedido” (Ellison, 2002, p.4).
- 7 (NT): Daniel Stern (1934-2012) foi um importante teórico da psicanálise estadunidense influenciado pelas teorias de René Spitz e Donald Winnicott. Sua principal contribuição reside nos estudos sobre a construção em camadas do “eu” (*self*) infantil que emerge na relação da criança com a sua mãe.
- 8 Daniel Stern, *The First Relationship: Infant and Mother* (1977, p.18ff).
- 9 Ibidem.
- 10 Cf. Helmuth Plessner (1970, p.11-172, esp. p.72).
- 11 Ibidem, p.73.
- 12 Niklas Luhmann (1975, ch.4).
- 13 (NT): No contexto da teoria de Daniel Stern (1977), meta-ação se refere à capacidade do indivíduo de experimentar e compreender tanto os seus próprios estados mentais quanto os dos outros.
- 14 Parcialmente baseado em: J. David Velleman (1999, p.338-74).
- 15 Kant, *Groundwork of the Metaphysic of Morals* (1997, p.14). A tradução de Paton para “reverência” é “consciência de um valor que destrói meu amor-próprio” (Kant, 1948, p.67).
- 16 Darwall (1977, p.36 ff).
- 17 Spitz e Wolf (1946, p.57-125).
- 18 Cf. Cora Diamond (1995, p.319-34. 11).
- 19 Cf. Donald Winnicott (1982, p.11-18).

Referências

- DARWALL, S. L. Two Kinds of Respect. *Ethics*, v.88, n.1, p.36ff, 1977.
- DIAMOND, C. Eating Meat and Eating People. In: *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the Mind*. Cambridge MA: MIT Press, 1995. p.319-34.
- ELLISON, R. *Invisible Man*. S. l.: Random House, 2002.
- KANT, I. *Groundwork of the Metaphysic of Morals*. Trad. e analisado por H. J. Paton. New York: Harper and Row, 1948.
- _____. *Groundwork of the Metaphysic of Morals*. M. Gregor (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LUHMANN, N. *Mach*. Stuttgart: Enke, 1975. ch.4.
- PLESSNER, H. Lachen und Weinen. In: *Philosophische Anthropologie*. Frankfurt/Main: Fischer, 1970.
- SPITZ, R. A.; WOLF, U. M. The Smiling Response: A Contribution to the Ontogenesis of Social Relations. *Genetic Psychology Monoprints*, v.34, p.57-125, 1946.
- STERN, D. *The First Relationship: Infant and Mother*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1977.
- VELLEMAN, J. D. Love as Moral Emotion. *Ethics*, v.109, p.338-74, 1999.
- WINNICOTT, D. Mirror Role of Mother and Family. In: *Playing and Reality*. London: s. n., 1982.

RESUMO – Axel Honneth propõe uma reformulação epistemológica da teoria do reconhecimento a partir da análise da invisibilidade social, inspirada no romance *O Homem Invisível* de Ralph Ellison. Para Honneth, a invisibilidade não remete à ausência perceptiva literal, mas a uma forma simbólica de desrespeito: o ato de “olhar através” do outro nega-lhe reconhecimento como sujeito moral e social válido. Essa experiência constitui-se numa violência silenciosa que compromete a formação da identidade e a autoconfiança. O autor argumenta que o reconhecimento não é mera identificação cognitiva, mas expressão pública de valorização afetiva e moral, mediada por gestos, expressões faciais e atitudes. Tal visibilidade social é condição para a justiça e dignidade nas relações humanas. O reconhecimento é uma meta-ação: expressa o compromisso ético de agir em respeito ao outro. A invisibilidade social, portanto, é a patologia de um mundo onde o valor da pessoa deixa de ser percebido e afirmado. Honneth propõe, assim, uma ética do reconhecimento enraizada na intersubjetividade e sensível às dimensões afetivas da vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Axel Honneth, Desrespeito, Invisibilidade social, Reconhecimento, Ralph Ellison.

ABSTRACT – Axel Honneth puts forward an epistemological reformulation of recognition theory by looking at social invisibility, taking inspiration from Ralph Ellison’s novel *Invisible Man*. For Honneth, invisibility isn’t about a literal lack of being seen, but rather a symbolic form of disrespect: the act of “looking right through” someone denies them recognition as a valid moral and social subject. This experience constitutes a silent form of violence that undermines the development of identity and self-confidence. The

author argues that recognition isn't just about cognitive identification, but a public expression of affective and moral appreciation, conveyed through gestures, facial expressions, and attitudes. Such social visibility is a prerequisite for justice and dignity in human relationships. Recognition is a meta-action: it expresses the ethical commitment to act with respect for others. Social invisibility, therefore, is the pathology of a world where a person's worth ceases to be perceived and affirmed. Honneth thus proposes an ethics of recognition rooted in intersubjectivity and sensitive to the affective dimensions of social life.

KEYWORDS: Axel Honneth, Disrespect, Social invisibility, Recognition, Ralph Ellison.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de conflito de interesse

Não há conflito de interesse declarado.

Editores

Sérgio Adorno e Dario Luis Borelli

Arthur Meucci – Tradução e Notas. Bacharel, licenciado e mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo; doutor em Educação pela Universidade Mackenzie. Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa. Membro fundador da Cátedra Paulo Freire na Instituição. @ – meucci@ufv.br / <https://orcid.org/0000-0002-4809-5120>.

Axel Honneth é professor emérito e ex-diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade Goethe de Frankfurt, Alemanha, e professor de Humanidades no Departamento de Filosofia da Universidade de Columbia, Estados Unidos. Vencedor do Prêmio Ernest Bloch em 2015. @ – ah2952@columbia.edu / <https://orcid.org/0000-0002-9753-1128>.

Recebido em 4.6.2024 e aceito em 12.5.2025.

¹ Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

¹¹ Universidade de Columbia, Departamento de Filosofia, Estados Unidos.